

1º Fórum Nacional de Ambiente e Lítio

Síntese dos Trabalhos

Decorrido o 1º Fórum Nacional de Ambiente e Lítio, é oportuna e necessária a elaboração de uma síntese relativa ao decurso, conclusões e próximos passos a adotar.

SOBRE O DECURSO DOS TRABALHOS

Os trabalhos decorreram com total abertura tendo sido feitas apresentações sobre as ameaças que mais urgem deter e parar.

Do mesmo modo, foram explicados e explicitados os problemas e impactos que podem decorrer da existência de uma mina a céu aberto para o ambiente e conservação da natureza, bem como para as populações e para o seu dia-a-dia.

De acordo com os objectivos iniciais, foram também apontadas alternativas à mineração do lítio, quer ao nível da substituição e aposta noutras actividades económicas como é o caso do turismo sustentável (na base da conservação e preservação dos valores naturais, ecossistemas, biodiversidade, cultura popular, tradição, agricultura e relação sustentada Homem-Natureza), quer ao nível de tecnologias diversas de apoio à mobilidade eléctrica sustentável em contraponto à unificação da utilização de baterias de lítio.

Neste primeiro fórum foram também focados os problemas associados à mineração histórica em Portugal, o seu impacto na saúde pública e na expectativa de vida das populações afetadas e as tentativas falhadas para tratar as escorrências das minas, ainda tóxicas passados tantos anos.

O legado das minas tem sido pobreza, doença e despovoamento acelerado quando as máquinas e os trabalhadores habilitados se vão embora. E é esta memória coletiva, a lembrança da diferença entre as promessas feitas e as realidades subsequentes, que assombra ainda as comunidades e as desilude. E a diferença entre a informação dada aos residentes sobre o impacto estimado da fase de prospeção, e o que de facto teve lugar, minou a confiança que restava.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

No final dos trabalhos foi possível retirar algumas conclusões, as quais são abaixo enumeradas:

- É urgente e prioritário parar os actuais processos de prospeção e/ou exploração mineira de lítio que estão a decorrer em todo o país;
- É necessário dar início a um amplo debate nacional sobre a problemática da mineração do lítio e de outros minérios, no sentido de serem definidas regras claras e obrigatórias de defesa das populações, do seu modo de vida, da conservação dos valores naturais, ecossistemas e biodiversidade;
- Exigir a todos os partidos políticos com representação parlamentar, pronuncia e tomada de posição sobre a problemática do lítio nos moldes em que atualmente está a ser desenvolvida;
- Solicitar a todas as Câmara Municipais com jurisdição sob as áreas e locais com avisos de pedidos de prospeção e ou exploração de lítio, uma tomada de posição conjunta sobre a problemática;
- Necessidade de se avançar com um estudo sobre os impactos económicos da exploração e mineração no setor do turismo nos locais sob ameaça, bem como o impacto a nível nacional.
- Necessidade de um levantamento urgente do património construído (elemento vital do sector do turismo) eventualmente em perigo e os potenciais impactos na sua conservação, tanto nas áreas de prospeção como nas de exploração, solicitando para tal o apoio da Direcção-Geral do Património Cultural.
- Não é credível que uma mina de lítio a céu aberto tenha o mesmo impacto que uma pedreira. Em termos da escala, da quantidade de resíduos, do consumo altíssimo de água e energia, dos rebentamentos 24/24 horas, do trânsito de numerosos veículos pesados e o decréscimo do valor patrimonial de edifícios e terras, são muito diferentes. E se o minério for, conforme previsto, processado no local, então não há mesmo comparação possível, dada a natureza perigosa dos ácidos usados no processo.
- Em termos do possível lucro a obter, os dados em que se baseou o relatório do Grupo de Trabalho Lítio já estão desatualizados ou até mesmo obsoletos. A descida constante do preço do lítio desde Fevereiro 2018, causada pela sobre-produção entre 2015 e o presente, e a preocupação internacional com o facto de que a China já controla mais de 50% da produção mundial de lítio e teria vantagens em baixar o preço ainda mais, já levaram vários bancos de investimento a prognosticar uma desvalorização considerável nos próximos dois anos; antes mesmo da fase de exploração para a maioria das minas. Tendo estes fatores em conta, é imperativo que o relatório seja reformulado antes da atribuição de qualquer concessão.

- Conclui-se ainda que, o movimento está atualmente a crescer e a consolidar-se, sendo mais abrangente que a simples proteção do turismo ou da natureza, é também um movimento que pretende proteger a vida das populações e o seu modo de vida. O movimento irá promover resistência ativa das populações, pela unidade da natureza e humanidade em contraponto à economia de lucro imediato.

PRÓXIMAS AÇÕES A ADOTAR

Perante as conclusões acima descritas, os próximos passos a adotar são:

- Estudar a possibilidade de uma providência cautelar de suspensão do contrato relativo a Montalegre.
- Exigir à Direção-Geral de Energia e Geologia informações concretas sobre todos os trâmites dos processos das concessões de exploração da Serra da Argemela e de Covas do Barroso.
- Solicitar formalmente audiência parlamentar a todos os partidos com representação parlamentar, em concretamente: CDS-PP, PSD, PAN, PS, PCP, PEV e BE.
- Solicitar formalmente audiência ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro Ministro e/ou ao Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética.
- Constituir uma equipa de representantes, com representação de todos os locais sob ameaça.
- Iniciar contactos junto de instituições de ensino superior (com competências reconhecidas na área do turismo) no sentido de avaliar e delinear a execução de um estudo sobre impactes da mineração no turismo.
- Enviar a todas as Câmara Municipais com jurisdição ou vizinhas das áreas e locais com avisos de pedidos de prospeção e ou exploração de lítio, ofício com o documento com as conclusões atualmente em discussão, solicitando apoio formal a esta causa.
- Enviar a todas as Juntas de Freguesia com jurisdição ou vizinhas das áreas e locais com avisos de pedidos de prospeção e ou exploração de lítio, ofício com o documento com as conclusões atualmente em discussão, solicitando apoio formal a esta causa.
- Exigir a revisão do regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) em vigor, instituído pelo [decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro](#), alterado e republicado pelo [Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro](#) que transpõe para a ordem jurídica interna a [diretiva n.º 2014/52/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho,

de 16 de abril de 2014, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Registo Fotográfico



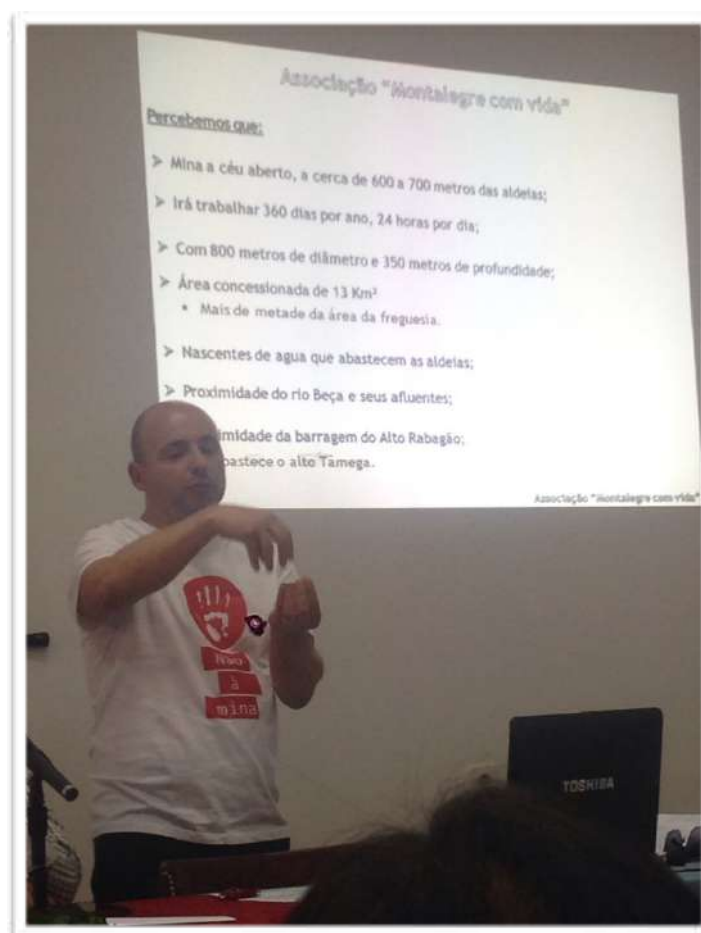
Sessão de Abertura



Público enche a sala



Sessão da tarde - Alternativas e Desmistificação



Sessão da tarde - Alternativas e Desmistificação



Sessão de Encerramento



Visita de Campo



Sessão da manhã - Diagnóstico e Urgência



Sessão da manhã - Diagnóstico e Urgência